COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

PROJETO DE LEI Nº 7.855, DE 2014

(PLS 137/2013)

(Apenso: PL 7.625/2014)

Institui, nos termos do *caput* do art. 182 da Constituição Federal, normas gerais para a ocupação e utilização de área pública urbana por equipamentos urbanos do tipo quiosque, *trailer*, feira e banca de venda de jornais e de revistas.

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado **LEOPOLDO MEYER**

I – RELATÓRIO

O projeto de lei que ora vem ao exame desta Comissão, oriundo do Senado Federal, tem por objetivo instituir normas gerais para a ocupação e utilização de área pública urbana por equipamentos urbanos do tipo quiosque, *trailer*, feira e banca de venda de jornais e de revistas. Cabe a esta Casa a revisão da matéria, nos termos do art. 65 da Constituição Federal.

O texto da proposta prevê que o direito de utilização privada de área pública com os referidos equipamentos urbanos poderá ser outorgado a qualquer interessado que satisfaça os requisitos exigidos pelo poder público local. Prevê, ainda, a possibilidade da transferência da outorga, pelo prazo restante no contrato, a terceiros que atendam aos requisitos exigidos em legislação municipal.

Ocorrendo o falecimento do titular ou na hipótese de enfermidade física ou mental que o impeça de gerir seus próprios atos, a

proposta admite a transferência da outorga, pelo prazo contratual restante, ao cônjuge ou companheiro ou aos ascendentes e descendentes, nesta ordem, sendo que, entre os parentes de mesma classe, terão preferência aqueles de grau mais próximo. Observe-se que, de acordo com a proposta, somente poderá ser deferida a transferência ao cônjuge ou companheiro que atender aos requisitos do art. 1.830 da Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil).

A transferência realizada nesses termos não será considerada herança para todos os efeitos de direito e dependerá de:

- requerimento do interessado no prazo de 60 dias, contado do falecimento do titular, da sentença que declarar sua interdição ou do reconhecimento, por escrito, por parte do titular, da impossibilidade de gerir os seus próprios atos, devido a enfermidade física atestada por profissional competente;
- preenchimento, pelo interessado, dos requisitos exigidos pelo Município para a outorga.

Quanto à extinção da outorga, o projeto de lei determina que ela ocorra pelo advento do termo, pelo descumprimento das obrigações assumidas ou por revogação do ato pelo poder público municipal, desde que demonstrado o interesse público de forma motivada. Finalmente, admite-se a prerrogativa de o Município estabelecer outros requisitos para a outorga, observada a gestão democrática de que trata o art. 43 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade). A entrada em vigor da nova norma se dará na data de sua publicação.

Apensado está o Projeto de Lei nº 7.625, de 2014, do Deputado Rubens Bueno, que dispõe, entre outras providências, sobre normas gerais para ocupação e utilização de área pública urbana por equipamentos urbanos do tipo quiosque, *trailer*, feira, banca de venda de jornais e de revistas, cujo conteúdo assemelha-se bastante ao do projeto principal, diferenciando-se em dois pontos:

- o prazo para o requerimento de transferência da outorga pelo interessado passa de 60 para 90 dias;
- no caso da extinção da outorga por ato do poder público municipal, fica prevista indenização proporcional ao tempo contratual restante.

Na legislatura passada, as proposições chegaram a ser analisadas pelo então relator nesta Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU), Deputado Izalci, que opinou pela aprovação do principal e rejeição do apensado. Em decorrência do final da legislatura, seu parecer não foi apreciado pelo pleno da Comissão. Cabe-nos, agora, retomar a análise.

Além da CDU, a matéria deverá ser analisada, em caráter conclusivo e regime de prioridade, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), quanto ao mérito e técnica legislativa, sendo terminativa quanto à constitucionalidade e juridicidade. Durante o prazo regimental, não foram apresentadas emendas neste Órgão Técnico.

É o nosso relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Sem dúvida, a existência de pequenos estabelecimentos comerciais de conveniência, bem como a prestação de serviços diversos, em quiosques, *trailers* e outras instalações similares, situadas em áreas públicas, são uma tradição em nossas áreas urbanas. Tais estabelecimentos, como bem apontaram os autores das proposições em foco, são importantes pontos de apoio ao cotidiano da população.

Esses pequenos empreendedores trabalham no sistema de outorga de permissão ou autorização de uso da área pública e, via de regra, enfrentam a pressão quanto à falta de garantias legais da transferência da referida outorga aos seus descendentes em caso de incapacitação para o trabalho ou falecimento. Na hipótese de o titular da permissão sofrer um acidente inesperado, cônjuge e filhos ficam sem a fonte de renda da família, o que causa bastante insegurança.

A partir desse diagnóstico, as proposições em foco vieram à luz para tentar solucionar o problema, preenchendo uma lacuna legal. Teriam conseguido alcançar seu objetivo? A esse respeito, o relator que nos precedeu na CDU, Deputado Izalci, foi extremamente feliz em sua análise da matéria, razão pela tomamos a liberdade de reproduzir, aqui, suas ponderações:

A proposição em foco procura suprir essa lacuna, o que representa maior segurança jurídica para as famílias envolvidas. Do ponto

de vista da política de desenvolvimento urbano, matéria regimentalmente de competência desta Comissão, não se vislumbra qualquer óbice. Afinal, se o poder público municipal concedeu a outorga de permissão ou autorização de uso da área pública, certamente o fez em conformidade com os usos e ocupações permitidos pela legislação pertinente. Assim, a transferência dessa outorga para outro titular não representa qualquer prejuízo para a cidade. Também não existe a possibilidade de perpetuidade do direito de uso da área, uma vez que a proposta prevê a revogação do ato pelo poder público municipal, desde que demonstrado o interesse público de forma motivada, como uma das hipóteses de extinção do contrato.

Quanto ao apenso, pode-se afirmar que a aprovação da proposição principal contempla quase integralmente os objetivos que motivaram sua apresentação. As mínimas diferenças que apresenta não trazem repercussão sobre a questão do mérito dessa comissão e serão melhor analisadas por ocasião do exame da matéria pela CCJC. Não sendo, pois, necessária a apresentação de substitutivo na CDU, tem-se como decorrência a impossibilidade regimental de se aprovar as duas proposições. Nesse caso, a opção é aprovar a proposta mais antiga, rejeitando a mais recente.

Concordamos inteiramente com tais argumentos e, à vista disso, votamos pela **aprovação**, quanto ao mérito, do Projeto de Lei nº 7.855/2014, e pela **rejeição** de seu apenso, Projeto de Lei nº 7.625/2014.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado LEOPOLDO MEYER

Relator